



PLURIATIVIDADE NAS UNIDADES AGRÍCOLAS EM SANANDUVA/RS

Mariza de Almeida

Thelmo Vergara M. Costa

Resumo

A agricultura familiar foi quem mais sofreu com as transformações da Revolução Verde, que ocorreram nos últimos anos. Em razão de algumas dificuldades, o pequeno produtor adaptou-se a esse novo contexto, tornando-se pluriativo, pois realiza mais de uma atividade, tanto agrícola como não agrícola. O presente trabalho buscou verificar se as condições econômicas podem determinar a pluriatividade nas unidades agrícolas do município de Sananduva/RS. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, com 81 associados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Sananduva/RS, por meio de entrevistas semiestruturadas, composta por vinte e uma variáveis. Os dados foram tratados por uma estatística descritiva simples. Os principais resultados da pesquisa indicaram o baixo nível de escolaridade dos agricultores, predominância de uma população com mais de 50 anos de idade e número de residentes na propriedade, cada vez menor. Muitos pequenos produtores permanecem, no meio rural devido ao custo de vida mais barato, a falta de estudo, a qualidade de vida e a tranquilidade. As atividades, na maioria dos casos, são desenvolvidas na própria unidade, porém existe uma diversificação de renda pelos membros das famílias, seja ela monetária ou não monetária, como o autoconsumo, presente em 99% das propriedades. É verificado também, que a maioria da população rural pesquisada, recebe algum tipo de benefício, sendo que o principal é a aposentadoria. A busca por uma renda secundária tem por motivos: falta de terra, complementação da renda, ajuda nos custos, maior independência e auxílio aos estudos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Condições socioeconômicas. Pluriatividade.



1. Introdução

A agricultura familiar, nos últimos anos, está sendo muito incentivada, pois muitos programas financeiros foram criados, para auxiliar os pequenos produtores. Além disso, ela abre espaço, para que outras atividades sejam realizadas ou adotadas, pelo grupo familiar que reside na unidade agrícola, por meio de novas formas de produção e interação.

As estratégias que pequenos produtores buscam para enfrentar as dificuldades e obstáculos do dia a dia trouxeram consigo transformações na estrutura social e econômica do ambiente que vivem, criando assim um novo rural. Esse, fortalece a ligação do meio urbano com o rural, por meio da combinação de diversas atividades, realizadas pela mão de obra familiar, de uma mesma propriedade.

A complementação entre o urbano e o rural tornam as famílias rurais pluriativas. Pois, elas exercem diferentes atividades e tem diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade pode ser causada por vários fatores, porém, ela tem consequências positiva na redução da vulnerabilidade, da pobreza rural e do êxodo rural, e no aumento da qualidade de vida dos agricultores.

No decorrer dos anos, o conceito de pluriatividade foi discutida por muitos pesquisadores, sobre o que seria e qual sua causa nas propriedades rurais, sendo que, neste trabalho destaca-se os conceitos utilizados por Schneider (2003), Kageyama (1998) e Fuller (1990). Dessa forma, ela passou de agricultura em tempo parcial, para múltiplos empregos, tornando-se, por fim, a pluriatividade, que é a diversificação de diferentes fontes de renda e atividades. Essa pluriatividade, de certa forma, proporciona aos pequenos agricultores uma estratégia para permanecer na agricultura, por meio da combinação de atividades agrícolas com as demais atividades. Para muitos, a dedicação em mais de uma atividade pode ser um fenômeno de caráter temporário. Entretanto, com o passar dos anos, fica evidente que a dedicação para outras atividades no estabelecimento rural é permanente.

Na propriedade rural, para a produção de determinadas culturas, a estrutura de trabalho constitui-se, basicamente, no trabalho familiar. Nessas, a adoção de diferentes estratégias é constante para proporcionar melhorias sociais e econômicas. No cenário atual, identifica-se que os agricultores de Sananduva/RS estão combinando atividades, entre o meio rural e urbano. Entretanto, ao se falar de diferentes tipos de atividades, por parte dos pequenos agricultores, muito se tem escutado sobre quais são as causas dessa



diversificação de renda. Diante disso, tem-se como objetivo verificar se as condições socioeconômicas podem determinar a pluriatividade nas unidades agrícolas do município de Sananduva/RS.

Para atingir os objetivos propostos, presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte maneira: introdução, no qual busca-se apresentar uma ideia geral do estudo desenvolvido. A revisão de literatura, em que aborda-se a agricultura familiar e o novo rural em que essa encontra-se nos dias de hoje, além disso, procura-se saber as múltiplas formas de trabalho adotadas por agricultores, considerada pluriatividade. Posteriormente, tem-se os métodos e procedimentos adotados para conduzir a pesquisa, na sequência tem-se os resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

2. Revisão de literatura

2.1 Agricultura Familiar e o Novo Rural

O rural brasileiro vem, no decorrer dos anos, passando por transformações econômicas, sociais e ambientais. A Revolução Verde, que ocorreu no Brasil a partir dos anos de 1960, alavancou a modernização na agricultura, conforme Grossi e Silva (2002) implantaram-se melhores sementes e instalaram-se máquinas e equipamentos. Esse processo continua nos dias de hoje, com tecnologias mais aperfeiçoadas, tornando a agricultura mais eficaz.

A Revolução Verde, segundo Alves (2013) destaca, diversificou o portfólio de produtos da agricultura brasileira. E, com o desenvolvimentismo presente na década de 1960, houve interligação dos setores e uma demanda crescente por produtos originários da agricultura. Silva (1997), evidencia que o processo de um novo meio rural, somente veio acontecer no pós-industrial (crescimento das indústrias e empresas de serviços). Para o autor, o aparecimento de uma agricultura mais moderna, ocorre quando o agricultor consegue combinar diversas atividades agrícolas e não agrícolas ao mesmo tempo.

As transformações no meio rural, segundo Wanderley (2000, p. 96), foram causadas por fatores externos e internos. Os externos são “[...] efeitos das novas relações econômicas e políticas, [...] sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural”. Nos fatores internos, tem-se a diversificação social e a complementação entre o urbano e rural, em que, ocorre o desenvolvimento comercial e



industrial. A pesquisadora salienta ainda, que os “[...] fatores criaram as condições para que as populações rurais e urbanas passassem a interagir cotidianamente em diferentes e múltiplas dimensões da vida social” (p. 97).

Nesse espaço, principalmente na atividade agrícola, a mão de obra predominante é dos membros da família residentes na unidade rural ou temporariamente de outros trabalhadores contratados. A família para Schneider (2003, p. 115), “[...] é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola”. O autor Fuller (1990), em sua pesquisa, menciona que algumas famílias dedicam-se inteiramente à agricultura, enquanto outras, buscam diferentes formas de renda para seu sustento, porém, mantendo sempre um vínculo com o meio rural.

A agricultura familiar, para o MDA (2016), é distinta da agricultura não familiar, pois a gestão é feita pelos membros da família, tem-se contato direto com a terra, local em que pode ocorrer diversificação da produção. Segundo os autores Funk, Borges e Salamoni (2006, p. 54), é no fortalecimento da agricultura familiar, que ocorre a redução no êxodo rural, pois ela é grande geradora de emprego e renda, além de ajudar no desenvolvimento rural sustentável.

Com o passar dos anos, houve a necessidade de políticas de desenvolvimento local que auxiliassem os pequenos produtores a manter suas atividades rurais e permanecerem conectados com o ambiente social e econômico do país. Grisa, Gazolla e Schneider (2010), mencionam que isso ocorreu devido a produção de alguns tipos de *commodities* que necessitariam de estímulos (por parte do governo) e especialização do agricultor. Para Schneider (2003), esses auxílios vieram, por exemplo, por meio de crédito, financiamento, expansão dos mercados de produtos e trabalho, informações e inovações.

No Brasil, formularam-se várias políticas públicas voltadas à agricultura familiar, entre elas ganha destaque o principal apoiador da agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), desenvolvido para auxiliar financeiramente as atividades agrícolas e não agrícolas. Seu objetivo principal é promover aumento na produção e reduzir os custos, sempre buscando elevar a renda da família que vive no meio rural (BNDES, 2016). Além disso, para o MDA (2016), o PRONAF auxilia no desenvolvimento sustentável e proporciona ao agricultor, de acordo com seu projeto e necessidade, acesso a várias linhas de crédito.



No Brasil, têm-se dois fenômenos ocorrendo no meio rural. O primeiro demonstra que não há somente atividades agrícolas, pois o agricultor buscou novas formas de organização, essas por sua vez, de acordo com Carneiro (1998, p. 56) são “[...] uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante”. O segundo é a busca pela qualidade de vida, longe dos centros urbanos, o lazer e a aproximação de culturas. Esses, salientados também por Anjos (2001), Silva (1997) e Kageyama (1998), como geradores de trabalho no meio rural.

A agricultura familiar inseriu-se, no decorrer dos anos, em um “novo rural”, que tem como características principais agricultores que realizam uma ou mais atividade que lhe traga qualidade de vida e renda para o sustento dos membros da família, além de ser um espaço mais interligado com o urbano, com as trocas de cultura e de valores. Para entender melhor como ocorre a realização de uma ou mais atividades agrícolas ou não agrícolas dos agricultores, evidencia-se a pluriatividade, que proporciona ao agricultor diversidade de rendas.

2.2 Pluriatividade na agricultura

A multiplicidade de origem de renda entre as décadas de 1970 e 1980 esteve relacionada a dois termos, *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade). Estes termos para Schneider (2003), no decorrer dos anos, mostraram-se diferentes, devido às várias interpretações feitas pelos cientistas sociais, pois a primeira direciona-se ao tempo de trabalho destinado à unidade agrícola e, a segunda refere-se às formas de rendas da família.

A agricultura em tempo parcial despertou-se, a partir dos anos 1970 com a expansão das indústrias sobre o meio rural. Para Anjos (2003), este tema oscilou sobre três eixos, o primeiro é o tempo de trabalho destinado para atividades dentro e fora do estabelecimento. O segundo, está na origem dos ingressos econômicos, em que se faz a diferenciação das fontes agrícolas e não agrícolas e o acesso da família a elas. E por último, busca-se juntar o primeiro e o segundo eixo que compõe a agricultura em tempo parcial.

O tempo parcial indica que pode haver o exercício de outras atividades levando-se em consideração a jornada de trabalho, para a autora Kageyama (1998), os membros da família realizam atividades fora da unidade em tempo integral, e o restante destina-se à agricultura, porém, esse termo não é considerado sinônimo da pluriatividade. Adota-se



nessa pesquisa a definição de Schneider (2003), Kageyama (1998) e Fuller (1990) em que, a pluriatividade ocorre quando um indivíduo ou família agrega diferentes fontes de renda, por meio, de uma combinação de atividades de um mesmo ou diferente setor.

Assim como para Schneider (2003) e Kageyama (1998), a pluriatividade surgiu da agricultura em tempo parcial, para Fuller (1990). De acordo com o autor, a agricultura em tempo parcial, passou para empregos múltiplos, encerrando-se na pluriatividade, conhecida como a combinação de diferentes rendas, que proporcionam desenvolvimento local.

A pluriatividade, para Schneider (2009), descreve a diversificação de atividades existentes ou não no meio rural e os diferentes tipos de remuneração. Ela pode ser seguida por outra corrente, na qual não se busca uma renda complementar, mas sim, descreve-se como uma fase intermediária entre as categorias sociais dos agricultores.

A profissão de agricultor, em meio às transformações, para Wanderley (2000), acarreta em novos desafios, pois ele precisa reconstruir sua identidade profissional. Ademais, para Fuller (1990), as mudanças que ocorreram na agricultura familiar, fez com que novas estratégias fossem buscadas, como a multiplicidade de formas de trabalho. Para o autor, ganha destaque o *Arkleton Trust Project* que ocorreu na Europa, esse se tornou um marco à pluriatividade, pois visou analisar as mudanças que estavam acontecendo.

No período em que se diversificaram as atividades na Europa, Alentejano (2001) e Fuller (1990), afirmam que surgem duas noções: a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade. Para Alentejano (2001), ambas descrevem o mesmo fenômeno, porém a pluriatividade é quem mais se ajusta ao modelo de análise agrícola. Ela retrata melhor a unidade agrícola familiar, em que alguns membros da família dedicam-se às atividades agrícolas e os demais a outras atividades.

As atividades, conforme Escher et al. (2014), são consideradas diversas funções executadas por indivíduos, tanto no meio agrícola, como no industrial, de comércio e serviço. O autor afirma que a junção de atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas por residentes da unidade familiar agrícola, geram a pluriatividade. E, se a atividade agrícola estiver se articulando com os demais setores da economia, pode-se chamar de uma pluriatividade intersetorial. O autor ressalta ainda, que existe além da pluriatividade intersetorial, a pluriatividade agrária, em que o produtor exerce diversas atividades no meio agropecuário.

O agricultor, de acordo com Schneider (2009), leva em consideração a adoção de atividades não agrícolas quando, aumenta o tamanho de sua família, tem irregularidade na



distribuição do tempo, não utiliza todos os meios de produção, e a gestão da produção e o consumo não tem êxito. O trabalho externo na agricultura familiar, pode ser desenvolvido por todos os membros, para Wanderley (2003), os filhos buscam autonomia financeira, a mulher (esposa) maiores ganhos para ajudar no pagamento das dívidas da família, e, em muitos casos, essa busca por atividades fora da propriedade pode ter como justificativa, também, o tamanho da unidade, que não suporta a mão de obra disponível.

Para Silva (1997), as atividades de prestação de serviços, comércio e indústria, assumem no meio rural uma nova dinâmica. Conforme Schneider (2007), as transformações estruturais da agricultura e a nova ruralidade estimulam as famílias do meio rural a buscarem novas estratégias de diversificação da renda, que estimulam o desenvolvimento regional. Os autores Funk, Borges e Salamoni (2006) salientam que, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, além de trazerem qualidade de vida à população, ajudam na redução do desemprego e da pobreza rural.

Considerando a análise dos conceitos e discussões sobre pluriatividade e agricultura, percebe-se que, no decorrer dos anos, houve uma evolução e substituição dos termos, começando em tempo parcial e terminando em pluriatividade. Nota-se que a agricultura familiar encontrou estratégias para se adaptar às transformações que vem ocorrendo, sendo uma delas a combinação de diferentes atividades. Essa combinação pode acontecer entre o mesmo setor ou ser intersetorial, ela auxilia na resolução de problemas, como pobreza, desemprego, falta de tecnologia e pouca terra. Além disso, a pluriatividade, no meio rural, proporciona melhor qualidade de vida, sociabilidade e desenvolvimento econômico e social à população.

3. Procedimentos Metodológicos

Para identificar se as condições socioeconômicas podem determinar a pluriatividade nas unidades agrícolas do município de Sananduva/RS, optou-se por uma pesquisa aplicada e descritiva, em que se analisou, classificou e interpretou os dados. Por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa, conheceram-se as variáveis estudadas.

Realizou-se uma pesquisa de campo, com o propósito de conhecer e obter informações sobre o problema, do qual se busca uma resposta. Desta maneira, adotou-se a coleta de dados com uma amostra da população para o levantamento das informações. Com o intuito de selecionar uma amostra que atenda a essas condições, analisaram-se



agricultores familiares associados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Sananduva/RS. Município esse, localizado no noroeste Rio-Grandense, pertencente à Microrregião de Sananduva e ao Corede Nordeste.

Segundo o Sindicato, o município de Sananduva possui 414 agricultores associados ativos no ano 2016. Trabalhou-se com uma amostragem, no período de setembro a outubro de 2016. Para se calcular a amostragem da pesquisa, de acordo com Barbetta (2006, p. 58), considera-se a resolução de (1) e (2).

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad (1)$$

$$n = \frac{n_0 \cdot N}{n_0 + N} \quad (2)$$

onde,

N = tamanho da população;

E_0 = erro amostral tolerável;

n_0 = primeira aproximação da amostragem; e,

n = tamanho da amostra.

Com a uso das equações 1 e 2, trabalhou-se com uma estimativa de erro amostral de 10%, sendo este E_0 . O tamanho da população é de 414 agricultores associados ativos, resultando em uma amostragem de 81 entrevistas realizadas.

Os dados primários foram obtidos por meio da coleta de dados. Essa aconteceu mediante a observação direta extensiva, neste caso, realização de uma entrevista semiestruturada em uma determinada amostra de agricultores associados ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Sananduva/RS.

As variáveis de estudo utilizadas na pesquisa foram vinte e uma, estas podendo ser classificadas em quantitativas (medidas) ou/e qualitativas (explicativas). Para este estudo utilizou-se as variáveis apresentadas no Figura 1.

Figura 1 – Variáveis utilizadas na pesquisa



Local que reside (comunidade);	Área total da propriedade em hectares;	Atividade principal desenvolvida na propriedade;
Idade;	Número de residentes na unidade agrícola;	Existência de outras atividades praticadas;
Gênero;	Tempo na propriedade;	Atividades de autoconsumo;
Identificação do respondente;	Motivo da permanência no meio rural;	Existência de atividade no meio urbano;
Grau de instrução;	Local de trabalho dos membros das famílias;	Identificação da atividade no meio urbano e do membro da família;
Renda bruta mensal da propriedade;	Número de filhos;	Motivo da busca pela renda secundária; e,
Responsabilidade pela tomada de decisão na propriedade;	Local de trabalho dos filhos;	Identificação da existência e tipo de benefício.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

O município de Sananduva/RS, atualmente, conta com uma população de 15.373 habitantes, desta tem-se 10.697 residente na cidade e 4.676 no rural. Além disso, em 2013 o município obteve um PIB a preço corrente de 428.207 mil reais, deste valor, 101.650 mil reais é proveniente do valor adicionada bruto da agropecuária, a preços correntes (IBGE, 2016).

A população entrevistada foram agricultores ou membros da família, associados ao Sindicato de Trabalhadores do município de Sananduva/RS, esses pertencem a comunidades localizadas no meio rural. Dentre as 43 comunidades existentes no município, entrevistaram-se produtores rurais de 30¹.

Observa-se que a média de idade dos respondentes é de 48.38 anos, sendo o mais novo com 17 anos e o mais velho com 77 anos de idade. Dos 81 entrevistados, 24 pessoas têm idade entre 50 e 59 anos, correspondendo esses a 30% do total. Além disso, a maioria dos respondentes tem mais de 50 anos. Para Schneider (2007, p. 29), os aspectos fundamentais são as “[...] variáveis e os fatores causais que tornam uma família pluriativa

¹ Os entrevistados pertenciam às seguintes comunidades do município de Sananduva: Bom Conselho, Butiá Baixo, Nossa Senhora do Carmo, Consoladora, Dinamite, Guabiroba Alta, Lajeado Bonito, Linha Baroni, Linha Batata, Linha Betânia, Linha Brasil, Linha Entrada, Linha Gaúcho, Linha Mão Curta, Linha Progresso, Linha São José, Ouro Verde, Pessegueiro, Rio Julio, Santa Lúcia, Santo Antônio dos Fagundes, São Caetano, São Domingos, São Francisco, São Geraldo, São Jorge, São José, São Paulo da Cruz, São Pedro e Tigre Baixo.



são diversos, começando pelo número de membros, idade média da família, condição socioeconômica, além de outros”.

Dos participantes da pesquisa, 33 (41%) são do gênero feminino e 48 (59%) do masculino. Desses, 71 (88%) são proprietários (as) da unidade agrícola e 10 (22%) não são proprietários. Sendo que essas dez pessoas têm algum tipo de vínculo com ele, pois são filhos (as), esposa ou pai.

O grau de instrução mostra que mais da metade dos respondentes, 51 (63%), tem Ensino Fundamental Incompleto. Verifica-se assim, que existe baixa escolaridade dos respondentes, ademais, nota-se que setenta e duas pessoas não têm ensino superior e nem estão cursando.

A renda bruta mensal das propriedades em que os entrevistados pertencem em que, a faixa de renda mínima foi de zero a R\$ 1.760,00 e a máxima acima de R\$ 8.800,00. Pode-se observar que 53 (66%) entrevistados tem renda bruta da propriedade entre R\$ 1.760,00 e R\$ 5.280,00, e que apenas 2 (2%) pertencem a faixa mínima de renda bruta mensal da propriedade, nota-se também, que 17 (21%) tem renda acima de R\$ 8.800,00.

O responsável pela propriedade, o indivíduo que toma as decisões, em 69% dos casos é o proprietário, e dependendo dos respondentes, afirmaram ser o pai ou marido, nesse caso, o proprietário. Assim, juntando as respostas dos participantes, pode-se dizer que, o responsável, em 91% dos estabelecimentos entrevistados, é o proprietário.

Nos estabelecimentos agrícolas, 58 (72%) dos respondentes têm área total com no máximo 20 hectares, apenas duas pessoas tem mais de 71 hectares. Percebe-se assim, que as propriedades que os entrevistados pertencem são de pequeno tamanho.

Constata-se, que em 27 (33%) unidades o número de residentes são de duas pessoas, e que residências com mais de quatro pessoas correspondem a 40% dos entrevistados. Pode-se notar que as famílias rurais são nos dias de hoje pequenas.

O tempo que as famílias rurais dos respondentes estão na propriedade, de acordo com as respostas das entrevistas é que o tempo mínimo é de menos de 9 anos e o máximo, mais de 70 anos. Nota-se que, 18 (22%) dos agricultores entrevistados estão na propriedade entre 50 e 59 anos, e que 34 (42%) famílias, estão a menos de 35 anos na propriedade. Também, percebe-se entre as classes analisadas, que há pouca variação de tempo na propriedade.

Os principais motivos das famílias Sananduvenses permanecerem no meio rural, é que muitos gostam do meio rural, que é um local mais tranquilo, em que se tem mais



qualidade de vida e acesso a alimentos saudáveis. Além disso, muitos mencionaram que a falta de estudo é um dos motivos para continuarem residindo e trabalhando no meio rural. Conforme Funk, Borges e Salamoni (2006), quando a família rural é pluriativa, ela tem mais qualidade de vida, tem autoconsumo que gera alimentos de qualidade e vive em ambiente social e econômico bom.

Quando questionou-se os entrevistados, quanto ao local de trabalho dos membros da família, eles tinham três opções: trabalhavam na cidade, na própria unidade, e na unidade vizinha, sendo que eles poderiam optar por mais de uma das opções. Os 64 % dos entrevistados trabalham somente na própria propriedade, ao se analisar do ponto de vista de todos os respondentes, percebe-se que dentre os entrevistados 79 (98%) exercem alguma atividade na própria unidade. Ademais, pode-se perceber, que apenas 2% dos entrevistados, residem no meio rural, porém não trabalham.

Dos entrevistados, 69 (85%) responderam ter filhos e 12 (15%) não. Quando afirmativa a resposta, pediu-se o número de filhos dos proprietários das unidades agrícolas, assim, destaca-se que 31 (45%) dos proprietários têm dois filhos e, que 15 (22%) tem um filho. Nota-se também, a diminuição do número de filhos nas famílias rurais, pois somente 9 (13%) delas, possuem mais de quatro filhos. De acordo com Wanderley (2003), o tamanho da propriedade ou a busca pela autonomia fazem com que os filhos, quando adultos, exerçam atividades externas.

Aos entrevistados que têm filhos, questionou-se se eles trabalhavam na propriedade rural, 29 (42%) responderam que sim, e 40 (58%) responderam que os filhos não trabalham na propriedade. Indagou-se, aos que negaram, quais os motivos dos filhos não trabalharem na propriedade. Constatou-se que os principais motivos foram: pouca terra; procura por mais renda; renda baixa; estudos e busca por outra profissão, e porque muitos filhos casaram e têm suas famílias. O autor Anjos (2001), salienta que uma propriedade é pluriativa quando não se ocupa a força de trabalho disponível, ou quando há fontes de renda extra agrícolas. Além disso, eles ressaltaram que um dos motivos de buscarem uma renda secundária, está ligado à complementação.

Na entrevista, buscaram-se identificar as atividades desenvolvidas na propriedade, quais membros que as faziam e os motivos. Pode-se observar, conforme a Tabela 1, que entre as atividades principais dos membros da família, destaca-se a produção de leite em 35 (43%) das propriedades, e a plantação de soja em 31 (38%). Essas representam mais da metade dos entrevistados, 81,5%. Ademais, uma das atividades principais mencionadas foi



a aposentadoria em 6 (7%) das unidades. Para os autores Montoya, Pasqual e Finamore (2014), a atividade leiteira faz-se presente em boa parte das propriedades rurais, pelo motivo de ser uma renda mensal comparada às demais culturas presentes na agricultura e tem baixo risco.

Tabela 1 - Atividade principal desenvolvida pelos membros da família

Atividade	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
Plantação de soja	31	38%	38,3%
Produção de leite	35	43%	81,5%
Aposentadoria	6	7%	88,9%
Empresa	1	1%	90,1%
Suinocultura	1	1%	91,4%
Auxiliar administrativo	1	1%	92,6%
Avicultura	2	2%	95,1%
Cana-de-açúcar	1	1%	96,3%
Funcionário público	1	1%	97,5%
Motorista	1	1%	98,8%
Plantação de verduras	1	1%	100,0%
Total	81	100%	

Fonte: Dados primários (2016).

Verifica-se, na Tabela 2, quais as atividades secundárias desenvolvidas, e os membros que exercem essas atividades. Dos oitenta e um participantes, os que exercem outras atividades além da principal, é proprietário, ou toda a família, irmão, casal, sogro (a), esposa, nora e filho (a). O proprietário é um dos membros que mais exerce atividades, em segundo tem-se filho (a). As atividades que mais aparecem e nas quais mais membros trabalham são o autoconsumo, plantação de soja e milho e produção de leite. Também, nota-se que a esposa exerce mais atividades fora da propriedade. Para Mesquita e Mendes (2012), o agricultor sempre realiza combinação de atividades, para sua permanência no meio rural, são estratégias que ele utiliza para se adaptar ao contexto econômico e social do local que reside.

Tabela 2 - Outras atividades que geram renda e os membros da família que realizam

Atividade/Membro	Proprietário(a)	Família	Irmão	Casal	Sogro(a)	Esposa	Nora	Filho(a)
Arrendamento da	X							



terra								
Autoconsumo	X	X		X	X	X	X	X
Avicultura	X	X						
Cana de açúcar	X							
Comércio de verduras				X				
Criação de ovelha	X							
Direção de sindicato						X		
Empresa							X	X
Gado de corte	X	X	X					
Juiz de futebol	X							
Parreiral	X	X						X
Pedreiro	X							
Plantação de milho	X			X				X
Plantação de soja	X	X	X		X			X
Plantação de trigo	X			X				X
Prestação de serviço	X							X
Produção de leite	X			X			X	X
Professora						X		
Salão de beleza						X		
Suinocultura	X							X

Fonte: Dados primários (2016).

Percebem-se, de acordo com as entrevistas, quais as atividades de autoconsumo que as famílias rurais exercem. Assim, essas são consideradas rendas não monetárias, como carnes em geral, horta, criação de suíno, produção de leite e grãos (milho e feijão). As principais atividades, das famílias rurais entrevistadas, foram cultivo de horta e produção de carnes em geral. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), o autoconsumo na propriedade é grande importância, ele gera segurança alimentar e nutricional, além de ser uma renda não monetária, que viabiliza a permanência do agricultor no meio rural.

Também foi analisado se os membros das famílias recorrem a atividades no meio urbano, sendo que em 35 (43%) propriedades recorre-se e em 46 (57%) não. Dessa, forma, percebe-se que a maioria dos participantes, exerce mais de uma atividade, porém elas não são maioria no meio urbano.



Tabela 3 - Atividades no meio urbano e membros que realizam

Atividade/Membro	Proprietário(a)	Esposa	Genro	Filho(a)
Advogada				Permanente
Agrônomo	Permanente			Permanente
Auxiliar administrativo		Permanente		Permanente
Auxiliar de produção				Permanente
Auxiliar de salão de beleza		Permanente		
Comércio				Permanente
Contadora		Permanente		Permanente
Costureira		Permanente		
Dentista				Permanente
Doméstica		Permanente		Permanente
Empresário(a)				Permanente
Estudante				Temporário
Frentista			Permanente	
Funcionário público	Permanente	Permanente		Permanente
Gerente de almoxarifado	Permanente			
Juiz de futebol	Permanente			
Mecânico				Permanente
Motorista	Permanente			Permanente
Padeiro				Permanente
Prestação de serviço	Temporário	Temporário		
Professora		Permanente		Permanente
Projetista				Permanente
Secretária	Permanente			Temporário
Veterinária				Permanente

Fonte: Dados primários (2016).

Na Tabela 3, observa-se as atividades do meio urbano realizadas por membros das propriedades, e se estas são permanentes ou temporárias. Nota-se que os membros das famílias rurais entrevistadas, que trabalham no meio urbano, são o proprietário, esposa, genro e filho (a). As atividades realizadas no meio urbano são, em sua maioria, permanentes. Além disso, os filhos e a esposa são os membros que mais exercem atividades na cidade. As principais atividades desenvolvidas foram: funcionário público, agrônomo, auxiliar administrativo, contadora, doméstica, motorista, professora e secretária. Nota-se, que o gênero feminino é um dos que mais desenvolvem atividades não agrícolas, conforme Schneider (2007), quando se expandiu os empregos em atividades não agrícolas, identifica-se que as mulheres foram as que mais participaram desse mercado.

Percebe-se, o grande número de atividades não agrícolas realizadas pelos membros da família rural, sendo que estas, em grande parte, são permanentes. Para Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 55), em 1999 “[...] o número de famílias de empregados residentes na zona rural que tinham pelo menos um de seus membros ocupado em atividades não-



agrícolas [sic] já era superior ao número de famílias que se dedicavam exclusivamente às atividades agrícolas”.

Muitas famílias rurais realizam mais de uma atividade, seja ela na propriedade ou no meio urbano, assim questionou-se quais os motivos da busca por uma renda secundária. No Quadro 1, observa-se os principais motivos: ajudar nos custos, complementar a renda, pagar a faculdade, maior independência, pouca terra e para não ficar dependente de uma única atividade.

Quadro 1 - Motivo (s) da busca por uma renda secundária

Ajudar nos custos.
Aproveitar o tempo livre.
Aproveitar os resíduos para a lavoura.
Complementar/aumentar a renda.
Gostar de cuidar dos animais.
Maior independência.
Não ficar dependente de produtos industrializados.
Não ficar dependente de uma única atividade.
Pagar faculdade.
Para autoconsumo.
Para manter o vínculo com a agricultura.
Pouca terra.
Qualidade dos alimentos.
Renda extra fora da época da safra.
Repassar para os filhos.
Utilizar a terra.

Fonte: Dados primários (2016).

Buscou-se também, analisar se os entrevistados recebiam algum tipo de benefício. Em 51 (63%) propriedades as respostas foram positivas e 30 (37%) foram negativas. Perguntou-se assim, qual o tipo de benefício que eles recebiam. Pode-se dizer que em 49 (96%) famílias recebem aposentadoria, além disso, os entrevistados recebem auxílio doença e pensão. Assim, pode-se constatar que mais de 50% das famílias dos entrevistados recebem algum tipo de benefício. Para Wanderley (2000), os aposentados vão para o meio rural ou permanecem nele, pelo fato de encontrarem suas origens e participarem nos Grupos de Terceira Idade. Em seu trabalho Schneider (2007), destaca que a aposentadoria e as pensões são uma forma de rendimento das famílias rurais.

Pode-se afirmar, que mais da metade das famílias dos participantes na pesquisa pertencem a famílias pluriativas. Pois, de acordo com Silva, Grossi e Campanhola (2002), as famílias são pluriativas quando um membro da família exercer uma atividade agrícola e



outro exerce uma atividade não agrícola. Ademais, os pesquisadores destacam que um mesmo membro da família pode realizar mais de uma atividade, como é o caso do proprietário nas famílias entrevistadas. Ele trabalha na atividade principal, e ainda, em muitos casos, realiza outras atividades para agregar renda.

De acordo com os dados, nas propriedades rurais têm-se membros que exercem atividades no meio rural e também no meio urbano, em alguns casos o trabalho é temporário, em outros, permanente. A autora Kageyama (1998), salienta que o espaço rural não depende de atividades somente agrícolas, pois, os diferentes tipos de remuneração ajudam a fortalecer a agricultura familiar.

Evidencia-se a existência da pluriatividade intersetorial, nos estabelecimentos rurais que os respondentes pertencem, grande parte das atividades não agrícolas realizadas estão interligadas com a indústria, comércio ou serviços, pois muitos exercem atividades como, auxiliar administrativo, contadora, doméstica, empresário, frentista, entre outros. É possível concordar com Escher et al. (2014, p. 649, grifo do autor), que “[...] a ‘pluriatividade intersetorial’, decorrente do crescente processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia (notadamente indústria, comércio e serviços)”.

Esses resultados demonstram que as propriedades rurais, que têm algum membro da família associada ao Sindicato de Sananduva/RS, são cada vez mais pluriativas, pois realizam mais de uma atividade, tanto na própria propriedade rural como no meio urbano. Além disso, percebe-se que os dados coletados na pesquisa, também foram evidenciados por outros autores, no decorrer dos últimos anos.

5. Considerações Finais

A agricultura familiar, inserida em um novo rural buscou estratégias para aumentar renda na propriedade rural, tornando-se assim, pluriativa. O presente trabalho teve como objetivo principal verificar se as condições econômicas podem determinar a pluriatividade nas unidades agrícolas do município de Sananduva/RS.

A conclusão principal é que as famílias rurais de Sananduva/RS, em que um membro da família está associado ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, exercem pluriatividade, pois elas combinam diferentes fontes de renda, em uma mesma propriedade. Verifica-se que um dos principais motivos dos agricultores desempenharem mais de uma atividade são as condições econômicas, a busca pela complementação da renda. Porém, os



agricultores destacaram que a pouca terra é fator relevante também, pois há mão de obra disponível e, o pouco espaço disponível para muitas pessoas, faz com que os membros procurem atividade no meio urbano. Além disso, a busca por independência financeira, tanto dos filhos como da esposa, é mais um motivo das famílias serem pluriativas.

A segunda conclusão relevante, é que, em muitos casos, há diferentes tipos de pluriatividade: a intersetorial, em que os membros da família, trabalham no comércio e no restante do tempo dedicam-se a agricultura, e a agrária, em que se exercem diferentes atividades dentro da agricultura, como o cultivo da soja ou do milho, ao mesmo tempo, que se tem a produção de leite e o autoconsumo. Isso pode ser explicado pelo impacto da tecnologia, que permite ao agricultor diminuir seu tempo de dedicação às atividades agrícolas.

A terceira, e última, conclusão é que a produção de leite está presente em quase todas as propriedades dos entrevistados. Percebe-se também, que o proprietário é quem mais trabalha em outras atividades que geram renda, além da principal. Uma das atividades, considerada presente nas propriedades é o autoconsumo, o baixo custo e a segurança alimentar, levam a família a cuidar da horta e dos animais. Outra variável importante a ser considerada é que maior parte das famílias recebem algum tipo de benefício, sendo que o principal é a aposentadoria, no caso, pode-se dizer a principal finalidade da propriedade para essas pessoas, justificando-se pelo recebimento do benefício, é servir de moradia.

Por fim, os dados obtidos na pesquisa, representam apenas uma contribuição para o tema pluriatividade. O estudo foi grande de relevância, pois contribui com dados para futuros estudos da agricultura familiar no município de Sananduva/RS e região. Pode-se explorar mais sobre o assunto da pluriatividade, pois há poucos estudos sobre a sua incidência na agricultura não familiar, que está presente no meio rural.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. **Pluriatividade**: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Upf, 2001. p. 149-175.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS**. Porto Alegre: Letra&vida; 2013.

ANJOS, Flavio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.



____. **Pluriatividade e ruralidade:** enigmas e falsos dilemas. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 17, p.54-80, out. 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/198/194>>. Acesso em: 04 set. 2016.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística:** aplicada às ciências sociais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade:** novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 11, p.53-75, out. 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>>. Acesso em: 31 out. 2016.

ESCHER, Fabiano et al. **Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006.** Revista de Economia & Sociologia Rural [online], Piracicaba, v. 52, n. 04, p.643-668, dez. 2014.

FULLER, Anthony M.. **From Part-time Farming to Pluriactivity:** a Decade of Change in Rural Europe. Journal Of Rural Studie, Londres, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/074301679090049E>>. Acesso em: 30 out. 2016.

FUNK, Fabiana; BORGES, Maria Antonieta Mendes; SALAMONI, Giancarla. **Pluriatividade:** uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º distrito - Rio Grande - RS. Geografia, Londrina, v. 15, n. 2, p.51-61, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6588>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural.** Agroalimentaria, Mérida, v. 16, n. 31, p.65-79, maio 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org/ve/pdf/a/v16n31/art05.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

GROSSI, Mauro Eduardo del; SILVA, José Graziano da. **Novo Rural:** uma abordagem ilustrativa. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

KAGEYAMA, Angela. **Pluriatividade e Ruralidade:** aspectos metodológicos. Economia Aplicada, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, set. 1998.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar, trabalho e estratégias:** a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. Espaço em Revista [online], Goiás, v. 14, n. 1, p.14-23, jun. 2012.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

MONTOYA, Marco Antonio; PASQUAL, Cassia Aparecida; FINAMORE, Eduardo Belisario. **Panorama da produção de leiteira no Rio Grande do Sul**: perspectiva e gestão nas propriedades no Corede Produção. Passo Fundo: UPF, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Revista Política Agrícola, Brasília, v. 16, n. 3, p.14-33, set. 2007. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457/408>>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-121, jan. 2003.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.43-81, maio 1997. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>>. Acesso em: 06 maio 2016.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p.37-67, abr. 2002. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795>>. Acesso em: 10 out. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p.87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 0, n. 21, p.42-61, out. 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 12 out. 2016.